

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
**Diretório Municipal da Capital**

**REUNIÃO DO**  
**DIRETÓRIO MUNICIPAL**  
**25 DE ABRIL DE 2004**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA PARA AS**  
**ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2004**

:

**São Paulo**  
**Abril - 2004**

## CIDADE DE SÃO PAULO: POR UMA CIDADE IGUALITÁRIA

### 1. TESES FUNDAMENTAIS DO PARTIDO

001. Os últimos Congressos do Partido, tendo como marco histórico o IX Congresso, têm sido os elementos norteadores políticos da ação do PPS. É preciso, porém, também ter claro que essas resoluções são muito mais balizadoras das ações estratégicas no plano nacional, mormente nos processos eleitorais, que um guia sistêmico para a orientação das práticas partidárias ao nível dos diretórios municipais e zonais onde se faz presente a questão do poder local.

002. É imprescindível que todo debate e toda resolução sobre o poder local, como aqui se pretende, se pautem pelas definições e orientações partidárias, em particular ao que tange a reforma do Estado, nela inclusa a reforma urbana.

003. O IX Congresso ainda dá ênfase na reforma do Estado a partir da idéia de exclusão de setores da sociedade no processo econômico-social, em particular a classe trabalhadora: *“A necessidade da reforma democrática do Estado se apresenta quando consideramos os interesses das classes trabalhadoras, sempre excluídas de sua ação. O Estado centralizado, excludente e privatizado constituído ao longo de nossa história tutelou os demais poderes republicanos, subalternizou os partidos políticos e privilegiou as relações com as classes dominantes, atrelou e reprimiu as agências das classes dominadas (sindicatos de trabalhadores, associações, entidades estudantis, etc.) e estimulou o fortalecimento das agências privadas das classes dominantes, entranhando-as nos centros de decisão do Estado”*. (PPS – IX Congresso Nacional)

004. Tem claro, contudo, que o eixo central é a privatização das funções públicas do Estado, bem como a democratização dos mecanismos de poder: *“A reforma democrática do Estado, assim, deve ter como centro a democratização da instância pública, de modo que o conjunto das agências da sociedade civil, apartadas da estrutura estatal, possa influir autonomamente no processo de reorganização da sociedade brasileira. O caráter político de tal reforma se expressa, assim, pelos órgãos de controle da ação estatal sem os quais não há ordem política democrática possível.”* (PPS – IX Congresso Nacional)

005. De forma precisa coloca em debate a relação entre público e estatal, bem como a do público com o privado, em particular no que toca à participação pública na gestão privada: *“Nos opomos à identificação do público com o estatal. É preciso reconhecer um espaço de gestão pública não necessariamente estatal e uma gestão privada com âmbito público de participação. O que se pretende com isso é uma relação diversa entre o Estado democratizado e mercado democratizado, entre política e economia, em que as forças políticas e sociais não sejam subordinadas a uma economia sem regras. E isso não será possível se essa questão for enfrentada somente com o arsenal reivindicatório, mas através de mais liberdade, novos direitos e no terreno de novos*

*poderes democráticos.*” (PPS – IX Congresso Nacional) .Vale destacar aqui o apelo para a formulação da necessidade de novos poderes democráticos.

006. A principal palavra-de-ordem advém da tese da desprivatização do Estado ou de sua publicização: *“A reforma democrática do Estado deve ser também enfrentada em seus aspectos econômicos e financeiros, onde é essencial a sua desprivatização. O que implica estancar e reverter de forma duradoura as transferências de renda do setor público para o setor privado. A desprivatização é função da democratização do Estado, e não o contrário. Sem a desprivatização do Estado, com a qual se recupere a sua capacidade de investimentos, torna-se difícil a materialização de uma nova política social.”* (PPS – IX Congresso Nacional)

007. Em pleno apogeu da propaganda da ideologia neoliberal no mundo o IX Congresso é desafiante em se colocar diante da questão privatizante e reafirmar a necessidade do Estado na solução das questões da desigualdade: *“A reforma democrática do Estado, recusando tanto a concepção privatizante como a estatista, não deve obscurecer, antes pelo contrário, deve afirmar a necessidade de intervenção estatal no sentido da aplicação de políticas sociais visando a erradicação de carências que afligem imensas parcelas da população urbana e rural excluídas de participação política, econômica e cultural.”* (PPS – IX Congresso Nacional)

008. O XIV Congresso Municipal do PPS reafirma a necessária reforma do Estado, topificando algumas teses, dentre as quais se deve destacar a da democratização, publicização, descentralização e desprivatização do Estado e a criação de mecanismos para o controle democrático da sociedade civil sobre o Estado: *“profunda reforma do sistema político, através de um novo pacto democrático federativo que redesenhe a representação dos Estados; (\*) democratização e modernização do Poder Judiciário; (\*) democratização, publicização, descentralização e desprivatização do Estado; (\*) reorientação das políticas públicas, com ênfase na educação e saúde, com ativa participação da cidadania; (\*) combate à violência, ao crime organizado e à insegurança social; (\*) criação de mecanismos de modo a efetivar o controle democrático da sociedade civil sobre o Estado, através da democratização pública em todos os níveis de modo a garantir a participação das entidades”; representativas dos diversos segmentos da população; (\*) prevalência dos interesses públicos sobre os privados; (\*) reversão das transferências de renda do setor público para o privado; (\*) deslocamento das velhas classes dirigentes do comando do Estado; (\*) redirecionamento da ação do Estado para um novo padrão de acumulação e distribuição da riqueza social.”* (PPS - XIV Congresso Municipal).

## **2. O QUE É DEMOCRACIA DE ESQUERDA?**

009. O PPS reafirma em seu XIV Congresso Municipal a democracia como o campo da ação política e a reforma do Estado como fator de avanço do espaço de conquistas da sociedade civil e da cidadania. É opinião consensual que esse avanço esteja representado numa forma de organização da sociedade em torno de uma Democracia de Esquerda. Isso se reflete naquilo que o XIV Congresso Nacional estabeleceu como a grande linha de condução partidária. *“Socialista por concepção e programa, autônomo e herdeiro das tradições críticas e humanistas o PPS assumiu desde a sua fundação a responsabilidade de pensar um novo Brasil. Queremos um outro paradigma de desenvolvimento, que implica uma profunda reformulação do próprio Estado*

*brasileiro, no reforço à idéia do poder local e em uma maior participação política da cidadania nos destinos da nação.”*

010. A Democracia de Esquerda não é e nem pode ser interpretada como uma posição política prática que se organiza na forma de uma fração ou uma tendência, seja internamente no Partido apesar de que seu caráter plural assim o permitir, como externamente na forma de uma prática em relação às relações políticas na sociedade, a exemplo de uma esquerda democrática.

011. Reafirma o conceito a democracia como valor universal e de que o campo democrático é o espaço privilegiado para a ação da cidadania em busca da sociedade socialista.

012. A Democracia de Esquerda se circunscreve como um projeto de política que norteia uma ação, conformando-se no campo da ideologia e tendo inequivocamente no marxismo sua expressão teórica, e, o socialismo como seu objetivo estratégico. Postula exprimir teórica e praticamente, sem sectarismos ou dogmatismos, a estrutura própria da sociedade e orientar sua transformação rumo à sociedade socialista.

013. Reconhece de imediato que a construção do socialismo tem outros paradigmas que não mais aqueles do mundo bipolar e da existência de um bloco do socialismo real. Deve reconhecer, também, que os novos paradigmas não se situam somente no universo da nova mundialização da economia, cuja expansão foi facilitada pela crise da bipolaridade e do socialismo real, mas também na reflexão sobre os riscos do desmonte de todas as experiências efetivas da economia da propriedade social.

014. Reafirma, desse modo, grande parte daquilo que foi consagrado no IX Congresso quando das análises da crise do socialismo real que naquele momento o mundo assistia. *“Fortalece a tendência à valorização da democracia e à criação de novas formas de produção e gestão e, conseqüentemente, à superação da via autoritário-burocrática da transição socialista. Propicia uma mais efetiva socialização da política e do poder e uma maior apropriação do excedente produzido (economia de mercado regulado e democratizado, autogestão, cooperativa). Mas, em alguns países, traz o risco de desmonte da economia de propriedade social - colocando em xeque conquistas igualitárias -, e o ressurgimento de ideologias conservadoras da Europa anterior à II Guerra (nacionalismo, racismo, etc.).”* (PPS - IX Congresso) Dá ênfase à preocupação quanto o desmonte das conquistas igualitárias.

015. A Democracia de Esquerda compreende que o socialismo como meta não se funda num modelo rígido, acabado e dogmático. É cônica do fato de que o socialismo deva ser uma construção no campo da democracia representativa posta pela atual forma do capitalismo e que para tanto não há e nem pode haver modelos acabados.

016. Admite, contudo, que as experiências efetivas e as conquistas reais da economia da propriedade social não podem ser somente uma referência prática e teórica longínqua, mas um campo de reflexão e de luta, seja para a preservação destas conquistas mesmo que limitadas pelas condições próprias da desigualdade frente ao poder na sociedade capitalista atual, seja como experiências que modernizadas e atualizadas ao mundo do presente se prestem como plataformas da luta política rumo à sociedade igualitária.

017. A Democracia de Esquerda tem claro que diante da maciça privatização das funções públicas de Estado torna-se preciso uma luta de resistência para assegurar as conquistas sociais no campo do controle social e político. Com o mesmo ímpeto deve investir na construção de novos modelos e formas de se exercitar a democracia direta e assegurar a democratização do poder. Na esteira daquilo que as resoluções já anunciam é preciso ter claro que o pressuposto de tal caminho se funda na publicização, democratização, descentralização, desprivatização e re(s) publicanização do Estado.

018. Reafirma a compreensão dada no XIV Congresso Municipal *“de que há hoje na sociedade um forte apelo de conteúdo neoliberal, que nesta ultima década foi amplamente massificado por todos os mecanismos tradicionais de poder, tendo como eixo essencial a focalização das políticas públicas e a minimização do Estado. Não tem dúvidas sobre as dificuldades do terreno que deverá trilhar no combate a este espectro ideológico enraizado na sociedade.”*

019. Daí o PPS *“entender-se como uma alternativa de poder de novo tipo, em comparação ao que está aí posto, e, tendo em seu bojo um projeto de construção de uma sociedade também de novo tipo. Como alternativa de poder deve, em cada instância partidária, ter em mente os fatores determinantes da economia e que fazem por reproduzir-se na estrutura social e política, tanto quanto na forma em que se apresenta o Estado. No âmbito do município, a menor fração administrativa dos cidadãos, é imprescindível ter em mente essas determinações e a forma pela qual o poder se constitui como pré-condição à defesa das conquistas já realizadas e a geração de novos modelos de participação democrática.”* (XIV Congresso Municipal)

020. É um claro pressuposto que a Democracia de Esquerda faz derivar posições políticas. Certamente num partido plural como o PPS nem todas essas posições serão consensuadas. É cristalino o fato de que essas posições buscarão materializarem-se como resoluções e ações políticas do Partido, pois isso é exatamente o que se espera de um partido político.

021. É, também, um claro pressuposto de que a Democracia de Esquerda não pode limitar-se exclusivamente ao raio de ação de um partido de massas cuja dinâmica tem suas próprias especificidades e particularidades. Deve buscar ser um projeto de *“máximo de consenso”* do campo próprio das esquerdas e no campo das forças democráticas. Tarefa árdua que não se pode furtar em fazê-la.

022. A Democracia de Esquerda deve admitir que os aspectos teóricos e ideológicos que fundam a compreensão da sociedade atual por parte das forças de esquerda e do campo democrático nem sempre levam, na prática e no exercício do governo ou do poder, às mesmas conclusões apesar de que em tese as metas sejam as mesmas. O papel da teoria é o de contribuir para delimitar as estratégias de ação prática em razão da meta. Nem sempre a suposição de um mesmo conceito em mais de uma agremiação é pressuposto de que se apreende a mesma realidade. Isso exige da Democracia de Esquerda precisão na sua percepção do mundo real e das ações práticas que dela decorrerão.

023. É mister reconhecer que para a Democracia de Esquerda a questão da desigualdade não se pauta pelos conceitos tradicionais de exclusão, segregação ou marginalização social, mas pela desigualdade em relação ao poder. Os condicionantes sociais, culturais e econômicos são elementos importantes para o reconhecimento das condições de

desigualdade real material e ou cultural. Essa condição desigual se materializa de fato na forma de exercício do poder, se expressa na capacidade ou não dos sujeitos em poder decidir, e, resulta nas formas institucionais do poder. A democracia representativa que vige é a forma democrática capitalista de reprodução dessas desigualdades.

024. O PPS reafirma a tese de que *“ao defender a tese da radicalidade democrática tem como suposto a idéia de que a vigência plena da democracia se dá quando os cidadãos tiverem os foros adequados, em todos os níveis, para decidir livremente sobre as funções públicas e como elas devam ser utilizadas para a redução e eliminação das fontes de desigualdade social. Seu horizonte é ampliar o campo da democracia direta pelo exercício decisório da cidadania.”* (XIV Congresso Municipal)

025. Reafirma o conceito fundamental de que *“é preciso reconhecer que as desigualdades sociais tendem a se aprofundar quanto mais a privatização das funções públicas se pautar pela falsa idéia da relação custo/benefício que alardeia o pensamento neoliberal. O Estado não dá lucro. Não no mesmo sentido da relação capitalista.”* (XIV Congresso Municipal)

026. É firme na defesa da idéia de *“que as desigualdades sociais, de gênero, de etnia, de raça e de outras, só serão rompidas pelo processo crescente de descentralização do poder e de sua desprivatização. É preciso combater a tese neoliberal de que a re(s) pública não é o exercício da hegemonia política do Estado e que o Estado seja o comitê de interesses do setor privado e assim ditado pelas “forças invisíveis” do mercado.”* (XIV Congresso Municipal)

027. E sintetiza seu pensamento ao colocar como eixo central *“a tese de que a supressão das fontes de desigualdade e da própria desigualdade em si só se fará pelo aprofundamento da democracia na descentralização dos poderes decisórios através da publicização das funções públicas do Estado, da re(s) publicanização dos processos, da democratização do acesso e da desprivatização do poder.”* (XIV Congresso Municipal)

028. A *publicização* deve ser tida como a retomada por parte do Estado das funções públicas no sentido de universalizá-las para o conjunto da cidadania. Significa de modo explícito retomar a primazia sobre os serviços essenciais e geri-lo de forma pública, estatal ou social, que represente para os cidadãos níveis de acessibilidade que venham garantir igualdade de condições.

029. O sentido da publicização estará dado no movimento do privado para o público, tanto quanto do público para o público, expresso no fortalecimento das funções que lhe são próprias. No primeiro aspecto o movimento corresponde ao conceito de *retomada da primazia*, conquanto no segundo significa tornar o público instrumento de equalização das oportunidades. O pressuposto em ambos movimentos é o da flexibilização das políticas públicas em grau e intensidades. Onde o Estado está presente é mister que oferte qualidade de modo sistemático e contínuo sem quebra de continuidade. Onde o Estado está ausente é preciso que oferte em grau, ritmo e intensidade de natureza tal que faça diminuir de modo veloz e eficiente as desigualdades de oportunidades. A democratização do processo se materializa na descentralização das estruturas de poder e no caráter deliberativo em todas as instancias decisórias.

030. A *publicização* é uma referência de estabilidade para os sujeitos onde o Estado se faz presente e uma perspectiva de futuro real para aqueles sujeitos onde o Estado tem sido totalmente ausente.

031. A *re(s) publicanização* deve ser tida como a materialização do processo de criação e fortalecimento dos mecanismos da democracia direta e do controle político por parte dos cidadãos da gestão pública, desde o campo da planificação aos modos da gestão administrativa. As teses até agora defendidas do controle social não ultrapassaram o nível superficial da delimitação dos agentes sociais e os organismos do controle social foram em sua maioria instrumentalizados, seja por partidos políticos e ideologias, seja como correia de transmissão dos interesses locupletados na máquina e poder públicos. O PPS defende sob o conceito de *re(s)publicanização* o real controle político da cidadania sobre a coisa pública. Pressuposto para tal é o caráter deliberativo dos diversos órgãos de controle nas distintas esferas do governo.

032. A *democratização* do acesso é tornar possível em cada instância da gestão da coisa pública o espaço que lhe é próprio de decisão, tendo no geral o pressuposto da definição das linhas gerais e estratégicas para o conjunto da sociedade quanto ao objetivo final e, no particular as definições em função da “grande política” daquilo que é necessário fazer e decidir face às singularidades de cada poder local. Dessa forma o poder local é tido como a menor fração do poder.

033. A *desprivatização* deve ser tida como o movimento de resgate por parte do Estado das funções públicas. Enquanto perdurar a duplicidade de gestão pública e privada nas mesmas funções públicas, a exemplo de educação, saúde, transporte, segurança, entre outros, e, enquanto permanecer o movimento de recuo crescente do Estado destas funções pelos distintos meios de privatização, a única coisa que se pode ter como certo é que esse processo só faz aumentar as desigualdades. No quadro de duplicidade de gestão da mesma função o que se vê é que as funções públicas geridas pelo Estado se destinam às populações que não possuem renda para adquiri-las no mercado, enquanto que para as classes que se beneficiam da concentração da renda são destinadas àquelas funções públicas geridas pelo setor privado. Não se criam, com isso, tão somente duas classes de indivíduos para a mesma função pública. Nessa lógica de poder as funções públicas geridas pelo Estado devem representar um modelo de geração de sujeitos sociais subalternos. Excetuando-se, evidentemente, as ilhas públicas de excelência que são apropriadas pelas classes mais favorecidas, a exemplo das universidades públicas, institutos de pesquisa, unidades de saúde de ponta, entre outras.

### **3 - QUE INDICA O GOVERNO LULA**

034. Com o leque de alianças em primeiro e segundos turnos, com ênfase na direita e centro direita, que leva Lula a vencer as eleições, não seria difícil de imaginar que conteúdo tenderia a se impor no governo. O modo como o PT conduziu as eleições foi emblemático: constantemente de olho nas pesquisas, em particular em torno dos 34% dos votos tradicionalmente à direita ou centro direita, pautou sua campanha pela despolitização do processo eleitoral transformando o candidato numa figura palatável à sociedade e, usando de modo eficiente os meios de comunicação de massa passando a imagem de um continuísmo da política macroeconômica como meio de tranquilizar o “mercado”, tanto quanto posava para a grande massa como crítico do governo FHC.

035. É preciso destacar que o projeto petista é amplamente vitorioso ao nível federal onde a despolitização da campanha permitia transformar o candidato Lula na única alternativa para o país. Nisso jogou papel importante tanto as elites que rapidamente aderiram ao candidato, bem como a grande imprensa que via na questão da estabilidade do “mercado” o grande centro do debate, facilitando sobremaneira o discurso petista do continuísmo com críticas, isolando à direita o candidato do governo e à esquerda o candidato do PPS. Paradoxalmente, o PT ao se confrontar com a necessidade da política e do discurso econômico nas campanhas estaduais se vê naufragar pela rejeição do eleitorado. Faz no primeiro turno só Estados pequenos e perde seu maior emblema que é o Rio Grande do Sul. Mesmo com Lula já eleito e com vários candidatos no segundo turno sua rejeição continua. Este fato é significativo e importante para as eleições de 2004. Nas campanhas estaduais o PT viu seus candidatos serem derrotados na maioria das cidades governadas pelo partido. Parece que o eleitorado sufraga Lula exatamente pelo seu caminho rumo ao centro e nos estados onde o embate ideológico ainda continua no mesmo sentido o PT é claramente derrotado.

036. A sustentabilidade da campanha transforma-se agora na questão da governabilidade, que se traduz pela mudança radical das posições do partido em nome da defesa da continuidade da política macroeconômica de FHC em razão da estabilidade econômica para a transição ao novo modelo. Dessa feita a ruptura vem ancorada na defesa da tese da continuidade da política neoliberal e as reformas ditadas pelo Consenso de Washington. Reafirmada no mês de março em discurso no Senado pelo Ministro da Fazenda que explicitamente falou que o governo manterá altos índices de superávit primário até o penúltimo ano do Governo Lula.

037. A lógica do Consenso parece inalterada ao se olhar de perto e com acuidade o Programa Econômico dos ministros da área econômica. A ruptura que deveria ser pensada a partir da priorização da reforma do Estado, é substituída pelo conjunto das reformas do Consenso, iniciando-se curiosamente pelas da Previdência e Tributária. Que traduzindo em miúdos significa aumentar de imediato o fluxo de caixa. Interesse conveniente dos governos estaduais, daí o pacto com os governadores não ser difícil de ser obtido.

038. É mister reconhecer que há por parte da sociedade e em particular pelo “mercado” um crédito de confiança no governo. Os indicadores macroeconômicos, no que toca à questão do mercado financeiro, parecem mostrar uma relativa tranquilidade no horizonte. O preço pago, porém, não é pequeno. O Banco Central, numa economia absolutamente dependente do capital financeiro internacional, torna-se autônomo. A lógica econômica de privatização do Estado, do Estado “mínimo”, dos superávits primários e do cortes orçamentários tendo em vista o déficit fiscal, faz manter o mesmo processo de acumulação e perversa distribuição de renda. O sintoma imediato é a não diminuição das taxas de desemprego e não aumento real dos salários pagos. Cresce o acúmulo de lucros exorbitantes no sistema financeiro enquanto não só a renda cai, como aumenta o desemprego e a precariedade do emprego.

039. As reformas propostas indicam, tanto uma preocupação imediata de “fazer caixa”, como do ponto de vista estrutural reafirma a visão conservadora das mudanças, mudanças essas que em nada contribuirão para uma reforma do Estado que venha a se fazer em nome de uma distribuição mais justa da renda e tendo em vista uma sociedade igualitária.

040. É inegável a habilidade do governo em operar com a opinião pública e com os interesses privados. Mesmo assim a intocável popularidade pessoal do presidente começa desfazer-se menos em razão da crise ética no governo e mais em razão da paralisia do governo na ausência objetiva de propostas estruturais, bem como a tão anunciada crise do modelo de gestão da economia. Reedita velhos modelos do populismo. De um lado deixa intocável os interesses e a lógica econômica do grande capital, em particular o financeiro, de outro lado usa de mecanismos de cooptação do grande público através de programas de políticas compensatórias, a exemplo do Fome Zero. Rememora os estilos do populismo getulista que na economia se pauta através do velho PSD com as elites e com o PTB junto às grandes massas no trabalhismo populista, e, do caudilhismo peronista que incensa de um lado as elites conservadoras argentinas e de outro o populismo trabalhista, ambos vestindo o traje do “pai dos pobres” ou dos “descamisados”. Perigosamente flerta com práticas nitidamente anti-republicanas ao buscar maioria congressual sob o manto da tese da governabilidade num esforço de “mexicanização” ou “fujimorização” das práticas políticas onde prevalece a tese do enfraquecimento das estruturas partidárias e o pretense projeto de um grande partido de centro.

041. As políticas compensatórias quando instrumentalizadas ideologicamente pelo poder público são importantes ferramentas para a despolitização da cidadania e importante meio de fazer impor uma agenda econômica que flagrantemente faz aumentar as disparidades regionais e as desigualdades sociais. Não é de estranhar os ruidosos aplausos que vem da direita. O fluxo de caixa necessário à sustentação dessas políticas advirá principalmente da reforma previdenciária onerando-se os servidores públicos e os inativos, os elos fracos da corrente. As pretendidas reformas já sinalizam para a manutenção da lógica do sistema. As políticas compensatórias, massivas e amplamente apoiadas pelas elites e meios de comunicação, cumprirão o papel de não fazer emergir na consciência da cidadania as reais contradições da sociedade e, empurrar para mais longe o projeto de uma sociedade igualitária, quando não, fazer disso, um sonho muito distante.

042. O XIV Congresso Nacional do PPS assume a tese de ser prematura qualquer indicação de afastamento em relação ao governo, *“reitera sua disposição de continuar apoiando o governo, integrando sua base de sustentação no Congresso, e participando propositivamente como integrante da administração.”* (XIV Congresso Nacional) Contudo reafirma que é preciso manter a capacidade crítica e a total independência em relação ao governo. Vai além. Propõe-se, diante da gravidade do quadro nacional, a apresentar projeto ao governo de mudanças na política econômica e uma agenda positiva para a governança. A estratégia que o governo vem adotando não é nova e nem inaugura um novo estilo. As administrações petistas de Olívio Dutra, Tarso Genro e Marta Suplicy foram importantes ensaios, respeitadas suas peculiaridades, para o novo estilo que se organiza junto ao governo central, onde centralização de poder e instrumentalização de processos são a tônica.

#### **4. O GOVERNO MUNICIPAL DE MARTA SUPLICY**

043. O PPS em seu XIV Congresso Municipal afirmou *“reconhecer que a população no segundo turno das eleições de 2000 elegeu Marta Suplicy com base em seu programa*

*de governo e sua identificação com o campo das esquerdas, através das propostas de cunho social e de moralização da administração.”*

044. Também reconheceu *“que no campo das realizações em investimentos sociais e de infra-estrutura urbano-social, tanto quanto na moralização pública, o referido governo do PT deixa muito a desejar, igualando-se, junto à opinião pública, pelo tipo de ação político-administrativo, a seus antecessores. Comprometendo, assim,. não somente a si enquanto Partido político e proposta programática, mas fundamentalmente atingindo de modo profundo ao projeto político do campo das esquerdas, ao qual o PPS procurou vir somar ao lhe emprestar seu apoio com independência”*.

045. Marcado por um modelo conservador de gestão e uma política de financiamento da máquina pública pelo aumento abusivo da tributação, da taxação e das imposições o governo do PT afasta-se do campo programático das esquerdas abrindo um enorme vazio político que é necessário preencher para resgatar para o campo das esquerdas os itens fundamentais de uma agenda efetivamente comprometida com a Cidade de São Paulo.

046. Ademais, a prática anti-republicana do PT esteriliza o legislativo na forma perigosa de sustentar a tese da “governabilidade” usando a máquina pública como meio de barganha à imposição de seu projeto político. No mesmo sentido partidariza a máquina administrativa do Estado convertendo-a em espaço de apropriação privada-partidária das funções públicas e modo de autofinanciamento do partido político, transformando a criação de cargos e funções administrativas em espaços a serem ocupados não em função das demandas técnicas, mas face ao interesse de financiamento do partido político. No outro sentido estatiza o PT ao fazê-lo reproduzir-se através da máquina pública, seja no esforço de perpetuar seus quadros na máquina administrativa, seja no desenvolvimento das políticas públicas que atendam aos seus interesses partidários, tanto quanto das forças políticas e sociais com que se aliaram. O XIV Congresso Municipal destaca *“que o governo Marta Suplicy transforma dois grandes projetos que poderiam significar um passo avante nas conquistas democráticas da cidadania rumo a uma cidade igualitária em projetos meramente de instrumentalização política e de barganha no legislativo”*. O Plano Diretor e a criação das Sub-Prefeituras. O Plano Diretor, restringido às velhas concepções do uso e ocupação do solo, permanece demandando os interesses do grande capital imobiliário e de todos os interesses que decorrem da geografia da cidade. As Sub-Prefeituras que poderiam ter sido junto com os Conselhos de Representantes a alavanca para a descentralização e democratização do poder para a cidadania, transforma-se e só se mantém pelo puro fisiologismo dos cargos e empregos que gerou.

047. O governo petista de Marta Suplicy não foi gravoso somente para o seu partido. Atinge duplamente conquistas importantes. Primeiro, como candidata que vence todos os problemas decorrentes do gênero e a síndrome da gestão Erundina, deveria ter no seu mandato a preocupação com essa expressiva vitória do gênero. O desgoverno que pratica prejudica não só uma provável candidatura feminina em 2004, mas o próprio gênero. Segundo, como candidata de esquerda vitoriosa deveria ter buscado para governar um leque de alianças à esquerda, que deve incluir o próprio PSDB, e não ter se locupletado com a direita mais corrupta da recente história da cidade. Ademais, deveria ter pautado seus projetos em torno de um projeto de esquerda que levasse à cidadania a esperança de uma cidade igualitária. Exerceu práticas políticas muito semelhantes aos seus antecessores comprometendo o próprio campo das esquerdas. Promoveu maciços

programas compensatórios organizando de modo deliberado as lideranças e as “novas elites” da periferia no perigoso universo do “lumpesinato social e político”, até então o campo privilegiado da direita. Tais práticas são nitidamente manipulatórias, desmobilizadoras da política e na contramão da cidadania ao preservar o quadro da desigualdade e remeter a reprodução dos cidadãos para formas demagógicas.

048. O XIV Congresso Municipal foi tinha *“consciente o fato de que se opor a esta gestão é, antes de tudo, e, sobretudo, resgatar a importância e a responsabilidade do gênero na gestão pública e, recuperar todo o desgaste que o campo das esquerdas vem sofrendo com o tipo de gestão e as alianças que daí decorrem. É resgatar a dignidade de um Plano Diretor. É resgatar a dignidade da descentralização administrativa com as sub-prefeituras. É resgatar a dignidade dos Conselhos em todos os níveis e tipos. É resgatar o próprio legislativo repensando sua carta magna que é a Lei Orgânica.”*

049. Face às diferenças políticas com o Governo Municipal do PT na gestão de Marta Suplicy, o PPS Municipal de São Paulo entende que se esgotaram todas as possibilidades objetivas e subjetivas para manter um apoio cego do PPS a essa gestão, mormente diante do fato de que a mesma vem se distanciando vez mais do campo das esquerdas, seja, como já observado, pelo modelo de gestão que não se pauta pelo compromisso em transformar a Cidade de São Paulo numa cidade igualitária e saudável, seja pelo nível de comprometimento político do arco de alianças que dá sustentabilidade ao Governo do PT cuja decorrência é uma política municipal que reproduz as profundas desigualdades sociais e de poder.

## **05.UM DIAGNÓSTICO SOBRE A CIDADE**

050. O diagnóstico das principais tendências sobre a Cidade de São Paulo evidencia:

- a) durante os últimos 15 anos o quadro da desigualdade em relação ao poder, manifestos também no econômico e no social tem aumentado o que diminui substancialmente o acesso do cidadão aos instrumentos do controle social e no processo decisório sobre as políticas públicas;
- b) nesse período viu-se aumentar as políticas compensatórias na forma de políticas clientelística, eleitoreira e patrimonialista, fazendo alterar o papel e as funções de muitas instituições da sociedade civil, que aparelhadas ou instrumentalizadas viram perder suas identidades;
- c) também neste período um crescimento forte da sociedade civil organizada no sentido de buscar gerir de alguma forma as funções públicas, em geral pela incapacidade do estado em satisfazê-las, pressionando no sentido da democratização “horizontal” pela vontade coletiva de gerir os espaços do poder local;
- d) que as respostas dos poderes públicos para tal avanço da demanda por mais democracia “horizontal” foram respostas tópicas ou não sistemáticas, que de modo geral foram aparelhadas e instrumentalizadas pelas forças políticas hegemônicas em cada um destes momentos, gerando insatisfação e desestímulo à participação comunitária;
- e) a não correspondência entre crescimento e vocacionalidades da Cidade e os esforços de planejamento, limitando-se o atual Plano Diretor às velhas concepções do uso e ocupação do solo urbano, não partindo de uma visão pró-ativa e prospectiva das vocacionalidades e das necessidades da maioria

de sua população como motor central do movimento de desenvolvimento e transformação do espaço da cidade;

- f) a política de receitas e despesas não obedece a uma visão social da tributação e dos gastos, transformando o Orçamento Participativo em mera retórica e instrumentalização política do governo do PT, assim como os demais órgãos coletivos do controle social;
- g) que uma das grandes propostas de democratização para o campo das esquerdas que seria a criação das Sub-Prefeituras e os Conselhos de Representantes transformou-se num campo de negociações para a formação da base política de sustentação do governo do PT, que só se sustenta em virtude dos cargos que gerou e pelo curral eleitoral que se consolidou nas mãos dos vereadores da base da Prefeita Marta Suplicy;
- h) em todos os campos de investimento público a permanência da tendência de privatização das funções públicas, seja por políticas de isenção ou privilégio fiscal, seja pela transferência direta aos setores interessados da iniciativa privada;
- i) o não estímulo a quaisquer outras formas de gestão coletiva das funções públicas, sem a finalidade do lucro, e, todas as instâncias coletivas de decisão são esvaziadas de qualquer núcleo de poder, fazendo dos conselhos e agências reguladores meros órgãos legitimadores das políticas vigentes;
- j) a necessidade de se repensar a Cidade de São Paulo sob novos parâmetros em busca da democratização “horizontal”.

051. O PPS tem que propor em 2004 que a Cidade de São Paulo seja pensada como uma cidade que rumo para um futuro que garanta, investindo já no presente, as condições de igualdade dos cidadãos em relação ao poder – a cidade de cidadãos.

052. No campo global da questão política:

- a) Mostrar aos cidadãos que as limitações do modo presidencialista do regime político faz com que a eleição majoritária seja considerada pelo eleitor mais importante do que o legislativo. Não tem como preocupação a qualidade do que se elege no parlamento, isso ocorre em função do desconhecimento das atribuições do próprio vereador e o peso que possui na determinação das políticas públicas.
- b) Evidenciar a necessidade do parlamentarismo como grande estratégia para a melhoria da democracia representativa, indicando no pleito de 2004 mesmo com os limites impostos pela atual legislação eleitoral e partidária, que o eleitor deva fazer sua parte buscando eleger a Prefeita ou o Prefeito juntamente com os candidatos a vereador de sua coligação ou partido político, ficando atento a lista de candidatos oferecida pelo partido ou coligação e fundamentalmente para o Projeto para a Cidade de São Paulo. É preciso deixar patente ao eleitor a necessidade de que ao eleger uma Prefeita ou Prefeito eleja juntas uma base política sólida, coerente e que esteja perfilada com aquilo que o Partido se propõe fazer do seu mandato.
- c) Fazer com que o eleitor condicione seu vereador ou Prefeita ou Prefeito eleitos à posse de um mandato que pertença não aos indivíduos eleitos, mas atrelado ao Projeto que foi eleito. A palavra de ordem é ***eleger um Projeto***. Essa é uma nova atitude política que contribuirá sobremaneira para as mudanças no regime político. É investir numa nova forma de fazer política, numa nova cultura.

d) Propor uma nova forma de gestão fundamentada em:

d1) ***descentralização da administração***: entendo-a como principal fator da ***democratização ao acesso a bens e serviços públicos***

- no fortalecimento das instancias de base da administração com a recriação das Sub-Prefeituras;
- na criação das Coordenações de Distrito;
- na elaboração dos novos Planos Diretores Prospectivos Regionais, 2005-2030, como peça básica para definição dos instrumentos de gestão administrativa e financeira.
- na elaboração das ***Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Regionais***
- ter no ***Plano Diretor Municipal – 2005-2030*** a clara orientação das tendências que apontam o desenvolvimento da cidade no sentido da ***possibilidade/potencialidade plena de realização da cidadania***, na conjunção de uma visão objetiva da cidade pelos instrumentos ofertados pelo conhecimento científico com as ações descentralizadas dos sujeitos nas suas comunidades e localidades. Extrair das lutas do particular os elementos universais da Cidade e das tendências gerais uma orientação para a ação no particular. Essa é a lógica e a essencialidade do Plano Diretor. Sua lógica se faz tendo ***como princípio a equalização em relação ao poder***, pois é mister reconhecer que nenhum Plano Diretor é per si tecnicamente neutro. É no mínimo o esforço de se mediar interesses. Para o PPS o princípio que funda o Plano Diretor ***deve ser o da igualdade – a cidade igualitária***.
- Fazer derivar do Plano Diretor, assim concebido, a estratégia de desenvolvimento das políticas publicas, tendo como pressuposto, diante da complexidade da megalópole paulistana, a ***flexibilização das ações e das instituições*** no processo de gestão, tanto quanto da gestão social e/ou coletiva das funções publicas numa nova forma de propriedade social e coletiva. Regionalizadas as ações em função das condições homogêneas ***torna-se possível encontrar as formas de financiamento destas funções publicas democratizando as formas da receita***, ponto nevrálgico da gestão publica compartilhada, ao contrario do conceito clássico de democratização do acesso exclusivamente pelo campo das despesas. Gerar sob esta ótica a LDOM e o OM.

d2) ***re(s)publicanização***: fazer com que os atuais processos da democracia representativa evoluam no sentido de uma democratização direta, tanto no campo da “verticalidade” (instancias e níveis dos poderes públicos e a harmonia entre eles) tanto quanto na “horizontalidade” (equalização real das oportunidades em relação ao poder no âmbito dos poderes locais), tais como:

- transformação de todos os órgãos ***colegiados de base em instancias deliberativas*** com poder de ***veto e de cassação*** de mandatos dos eleitos para as funções executivas, legislativas e para conselheiros;
- nas eleições regionais ou distritais, defesa do ***voto secreto e universal***, de ***candidaturas pelos partidos*** políticos com resguardo do direito de ***candidaturas avulsas***, a ***votação por listas***, tanto para os cargos majoritários como para os proporcionais e para os conselhos, entendendo

a política e os partidos políticos como instrumentos essenciais da re(s) publicanização.

- **obediência ao princípio da hierarquização** das funções republicanas das instancias locais ao nível da gestão municipal geral.
- formalização de um **fundo publico de financiamento eleitoral local** para os partidos ou avulsos que se apresentarem aos respectivos pleitos.
- **eleições concomitantes em todos os níveis**, na administração municipal: prefeito, vereadores, sub-prefeituras, conselho de representantes e demais conselhos.

d3) **publicização**: no sentido de que a gestão se faça, seja pelo Estado, seja pela sociedade civil gestoramente organizada, de modo que haja equilíbrio e harmonia entre direitos e deveres da cidadania para com a re(s)publica. Dever-se-ia caminhar no sentido de algo que se assemelhasse a um Código de Defesa do Bem Publico, estabelecendo direitos e deveres dos cidadãos e as formas de sua vigilância, controle, persuasão e formas punitivas. Nesse aspecto mesmo as funções privatizadas que não se converterem em alguma forma de gestão coletiva deverão sofrer, nos limites da municipalidade e afetos à sua legislação e poder de policia, **alguma forma de responsabilidade social coletiva**, alem de controle por parte dos usuários nos respectivos órgãos colegiados ou agencias reguladoras. Ademais publicização só alcançará sua efetiva dimensão na formatação de uma nova forma coletiva e social de apropriação e gestão das funções publica.

d4) **desprivatização**: executar uma política publica no sentido de recuperar para a sociedade os setores privatizados das funções essenciais publicas em particular educação, saúde, transporte, habitação e segurança. Estimular a sociedade, via empreendedorismo e terceiro setor, a desenvolver a gestão coletiva destas funções publicas, sem a finalidade do lucro, criando novas formas de propriedade coletiva e social. Criar, para tanto, fundos de financiamento coletivos, com contribuição publica advinda basicamente da **elevação e controle eficaz das imposições e taxações** aos respectivos setores que se beneficiaram historicamente das privatizações destas funções publicas.

d5) **equalização do poder**: criação em todos os níveis da administração **Conselhos Comunitários Gestores**, hierarquicamente subordinados às instancias superiores até o nível do **Conselho Municipal** do setor, com representantes eleitos diretamente nas suas comunidades, por segmentos administrativos, com poder deliberativo nos limites de cada unidade ou instancia. A cada dois anos far-se-á em cada segmento administrativo **Conferencias Regionais** preparatórias à **Conferencia Municipal** que definirá a política a ser seguida no respectivo segmento. Os Conselhos em cada Sub Prefeitura estão subordinados diretamente ao Conselho de Representantes e do nível de políticas publicas ao respectivo Conselho Municipal.

**Eleições diretas para Sub Prefeito** bem como para o **Conselho de Representantes**, pelos partidos políticos ou candidaturas avulsas, em Listas ofertadas pelas agremiações sustentadas em projetos e programas previamente apresentados pelos partidos.

- e) Mostrar aos cidadãos, com este projeto para a Cidade de São Paulo, a necessidade de ter consciente a responsabilidade social para com o futuro investindo no presente e que só será possível se chegar a uma cidade igualitária com políticas continuadas e sistemáticas a partir da gestão compartilhada. Combater claramente o imediatismo na política. Deixar patente a concepção de que somente com uma nova forma de gerir a propriedade pública como gestão social e coletiva torna-se possível a real igualdade diante do poder. E que esta forma de gestão não implica a supressão das formas da democracia representativa, mas sua modernização e atualização.
- f) Resgatar a importância das Sociedades Amigos de Bairro como espaço de nuclearização dos interesses e das demandas sociais locais, recolocando para esses movimentos a nova questão política do sentido do crescimento da democracia direta, estimulando-as na redefinição de seu papel, contribuindo para que se afastem do campo da política clientelística e das políticas compensatórias que marcam as últimas administrações.
- g) Reconhecer os espaços dos movimentos de defesa do meio ambiente e por uma cidade saudável como parte essencial na gestão da moderna questão urbana e na (re) definição da ocupação destes espaços urbanos, não corroborando com a visão tradicional e conservadora de que estes movimentos nada têm de sociais ou que não se preocupem com a questão do homem nas cidades.
- h) Dar amplo e total apoio, bem como se fazer interlocutor, das políticas de gênero, mormente a equalização de direitos e deveres entre os sexos, da liberdade de opção sexual e da livre união entre as pessoas.
- i) Resgatar as entidades comunitárias de mulheres, jovens e assistenciais em geral das políticas compensatórias atraindo-as como organizações da sociedade local para um novo modelo de gestão das funções públicas.

053. Os setores estratégicos de investimento devem ser pensados em políticas continuadas de médio e longo prazos no sentido de surtir os efeitos desejados na mudança dos indicadores de desigualdade. A ampliação do campo da democracia direta, que representa a participação crescente da sociedade nos poderes locais, é uma das únicas garantias para políticas mais duradouras e permanentes. A gestão compartilhada torna-se a garantia real dessa permanência. No prognóstico sobre a Cidade de São Paulo as tendências apontam investimentos maciços em:

- a) **educação em todos os níveis**, pensando a educação continuada em **tempo integral**, no sentido da formação plena da criança e do jovem, estendendo-se os ensinos médio e técnico às periferias como oportunidade da juventude, equipando os espaços escolares com estrutura física e técnica que se converta em real espaço de uso e ações comunitárias. Pensar a ampliação da oferta de vagas no ensino superior criando a Universidade Municipal de São Paulo com um novo modelo de gestão, criando mecanismos de acessibilidade do jovem da periferia. Recuperar a auto-estima dos professores e técnicos em educação ofertando não só melhores salários, como programas sistemáticos de formação, reciclagem e capacitação, tendo na avaliação da qualidade e da capacidade como fator de progressão na carreira. **Investir nos primeiros 12 anos algo em torno de 40% em educação**. Dar ênfase nos programas de qualificação e requalificação profissionais.

- b) **Políticas para a juventude** em particular desenvolvimento de formas de gestão compartilhada, 3º setor e empreendedorismo, como meio de geração de ocupação, renda e empregos.
- c) Investir, desde já, na redefinição das **políticas públicas para a terceira idade** uma vez que a cidade torna-se cada vez mais idosa. A cidade deve preparar-se para este perfil nos próximos 20 anos.
- d) Investir parte substancial do orçamento público no compartilhamento de gestão como **estratégia de geração de ocupação** no campo das funções públicas, buscando criá-las juntas às próprias comunidades, gerando um novo sentido de escala. Algo que poderia ser pensado como **economia solidária**.
- e) Remodelar o **sistema de saúde** no sentido de **recuperar a lógica do sistema** rompido pelas políticas de saúde dos últimos governos e tendo como tese essencial a defesa da integralidade do sistema, qual seja que as UBS atendam universalmente a todos enfatizando-se como porta de entrada do sistema e a conseqüente valorização do clínico geral. Ter clara a necessidade da flexibilização das políticas segundo as condições estruturais e sociais de cada uma das regiões. Fazer da prevenção a grande estratégia para a saúde pública na integração com os sistemas educacionais e instituições comunitárias. Ampliar programas como PSF, PACS, Cuidadores de Doentes, Programas de Internação Domiciliar e Programas Coletivos de Educação em Saúde.
- f) Re-equacionar a questão da segurança pública conveniando-se com o governo do Estado e fazendo com que a Guarda Metropolitana se converta em **Policia Comunitária**.

054. A política de receitas e despesas deve partir da **concepção descentralizada** e que o Orçamento Municipal tenha que alcançar algo em torno de 20 bilhões nos próximos 5 anos. Tais recursos deverão vir de uma **nova modelagem do IPTU e do ISS** e particularmente por **recursos diretos da população** no processo de gestão coletiva da nova propriedade social.

## 06.AS ELEIÇÕES DE 2004

055. O XIV Congresso Municipal tem claro que “*as eleições municipais do próximo ano se revestirão de uma importância especial para o PPS e para o campo das esquerdas, principalmente na capital. O crescimento, de um certo modo espetacular, que o Partido experimenta atualmente em nosso Estado e a nível federal, passará pela primeira prova das urnas rumo à questão da cláusula de barreiras para 2006.*”

056. É preciso, contudo, ponderar que a situação econômico-social dos municípios é complexa e obedece a perfis diversos. As diversidades dizem respeito aos recursos naturais, à localização das cidades, às infra-estruturas existentes, aos perfis e vocações técnico-profissionais das comunidades, aos problemas em escala diversa que atingem os cidadãos. Mas, em que pese esta diversidade e complexidade do perfil econômico, demográfico e social do Estado e da capital, entende-se que as políticas e os programas a serem apresentados pelo PPS em cada município onde vai concorrer, com candidaturas próprias, ou em coligação com outros partidos, devem ter um elo comum, uma marca, uma insígnia, que o saiba diferenciar de outras forças políticas. Mas

também que seja capaz de atingir o imaginário das pessoas, chamando sua atenção, fazendo-as refletir e depois se entusiasmar.

057. Do ponto de vista subjetivo este elo está nas novas políticas das quais se falava antes. Está mais precisamente numa nova maneira de encarar a cidadania e os poderes públicos, pela qual o poder de decidir e fazer, recluso em poucas mãos como é hoje, se torne um poder nas mãos dos cidadãos, a partir do momento em que os cidadãos, orientados por forças políticas mais avançadas, percebem que podem se tornar mais ativos em sua vida econômica e social.

058. Do ponto de vista das condições objetivas, as velhas práticas políticas encetadas pelas gestões do petismo federal, da gestão da social democracia tucana a nível estadual e da gestão do petismo municipal, valorizando crescentemente o eixo conservador em contraposição aos avanços para uma democracia participativa e direta rumo à cidadania, se revela no enfraquecimento dos partidos políticos e a perda de valor no próprio campo da política, onde começa a prevalecer no imaginário social de que os “políticos são todos farinha do mesmo saco”. Sensível ao momento que se vinha atravessando a direção municipal caminha para uma construção democrática que se materializa no XIV Congresso Municipal onde suas teses dão a dimensão devida do que é necessário construir. O PPS da Cidade de São Paulo ao entender esse espaço lança-se na busca de candidaturas majoritária e proporcional próprias como forma de se apresentar à sociedade paulistana como uma força capaz de propor um projeto alternativo de gestão pública. Apesar de sua bancada estar na base do governo, o PPS foi capaz e hábil em não se contaminar e nem sujeitar sua organização e sua estrutura partidárias aos velhos métodos de ocupação de espaços, cargos e das diversas benesses da máquina pública. Dessa forma num inédito movimento democrático interno organiza um processo de construção democrática de suas candidaturas majoritária e proporcional onde se apresentaram três pré-candidatos a Prefeito e quase uma centena e meia de pré-candidatos a vereador. Concomitante, muitos dos partidos da base, limitados na sua organicidade aos interesses deste ou daquele vereador ou mandatário político, ao se reproduzirem enquanto organização nos interesses limitados da máquina pública e da gestão petista atual, acabaram de certo modo reféns desse mecanismo e sua viabilidade eleitoral extremamente abalada. Muitos hoje teem dificuldades reais em montar chapa proporcional.

## **07. CRESCER A DEMOCRACIA DE ESQUERDA NA CAPITAL**

059. Uma primeira proposta é a de um Consenso Municipal, cujo objetivo é à busca de uma coligação de forças políticas e partidárias, com características diferentes das do bloco de centro esquerda, também perseguido por nós. A possibilidade de constituir formações políticas, pluripartidárias, competitivas já no primeiro turno das eleições 2004, está presa na elaboração de propostas programáticas comuns, cuja estaca principal seriam as novas políticas, mencionadas antes, centradas em uma nova visão da cidadania e dos poderes públicos.

060. A novidade, em uma formação política como esta, é que a união de forças partidárias (e também de pessoas que não se reconhecem hoje em nenhum partido) não

teria como horizonte um ou dois mandatos municipais, mas um tempo maior de vigência. Seria uma formação política capaz de olhar para o médio e longo prazo no desenvolvimento de nossos municípios do Estado, no enfrentamento dos problemas sociais estruturais, principalmente o desemprego, a violência urbana e as desigualdades em relação ao poder.

061.. A transformação do Consenso Municipal em força política, múltipla e unida, que se caracterize como força da esquerda democrática em suas formulações e posturas, pode, ao se apresentar no primeiro turno, conseguir grandes vitórias. O impulso que disso derivaria pode facilitar a construção de blocos de centro esquerda no segundo turno, levando-os à vitória na maioria dos municípios paulistas, principalmente nos grandes centros urbanos.

## **08. ESTRATÉGIAS PARA O PODER**

062. É mister reconhecer que o crescimento do Partido nas duas últimas eleições se deve, também, à sua crescente exposição na sociedade e em se apresentar como uma alternativa de governo.

063.. É imperioso afirmar que as candidaturas majoritárias estabelecem na cabeça do eleitor uma imagem mais precisa do partido no que tange à sua estrutura, suas propostas e programas e sua referência quanto ao espaço que pretende ocupar no cenário e na vida políticas. A forte tradição presidencialista e a imagem sempre presente de que a ação político-administrativa é exercida pelo executivo remete diretamente ao imaginário do eleitor que o poder de fato se representa no executivo.

064. De qualquer sorte é preciso ter em conta que para a Democracia de Esquerda há uma clara diferença entre estar no governo e no poder. Como já se afirmou antes a Democracia de Esquerda entende que é preciso dar um passo avante na democracia representativa, passo que importa para se ser governo, rumo à democracia direta.

065. Não se pode ter a ilusão de que do ponto de vista tático é preciso primeiro estar no governo para exercitar o poder de fato da democracia direta. Estar no governo sem dúvida é importante passo para se implementar as políticas públicas no sentido da publicização, democratização, desprivatização, descentralização e re(s)publicanização. Porém, cabe ao PPS a tarefa de inserir-se nos movimentos sociais e populares no sentido de fazer a política favorável à democracia direta – da sociedade autogestora.

066. É preciso promover junto à sociedade organizada e aquela que necessita organizar-se, nos espaços mais “locais” como o posto de saúde, a escola, a sociedade amigos de bairro, a base sindical, a unidade de trabalho ou de fábrica, entre outros, o esforço de conscientização e de organização para o exercício do poder direto, quer participando como “usuário” na gestão estatal via agências reguladoras ou conselhos, quer gerindo diretamente a coisa pública nas diversas modalidades de organização sócio-produtivas.

067. Isso não requer tão somente a capacidade de unir a visão prospectiva do futuro da sociedade por parte do partido político – tal como a sociedade igualitária com a própria capacidade criativa e inventiva dos cidadãos, mas ter claro e em mente, nessa trajetória,

a imperiosa necessidade de resgatar para o social e o político as experiências gestadas na economia da propriedade social.

068. É reconhecer que o socialismo real ao qual muito se pautava desapareceu enquanto regime político efetivo numa nação, mas não como perspectiva de sociedade futura e, muito menos que dessa economia real da propriedade social não tenha derivado nada que valha a pena.

069. Não basta, pois, só mostrar é preciso que a comunidade comece a ter de fato referências concretas, passadas e futuras, de autogestão. *“O PPS agirá sempre em função de seu inalienável compromisso com a radicalidade democrática, para que se substitua a velha cultura do aparelhismo, do hegemonismo, da cooptação e da intolerância política, pela cultura do pluralismo, do respeito aos aliados, da tolerância e da prática de discussão e participação nos marcos internos dos partidos, no governo, no parlamento e na sociedade. Por rigor de concepção, o partido privilegia projetos políticos quando direcionados à mudança processual do país e repudia aqueles vocacionados apenas para a manutenção do poder.”* (XIV Congresso Nacional)

070. Do mesmo modo, no campo da política é preciso que se mostre à sociedade que a idéia que o Partido e o campo das esquerdas tem da democracia representativa é o de que a mesma representa, na atualidade, as bases de reprodução das desigualdades sociais e de poder.

071. É mister demonstrar que no ponto de vista da Democracia de Esquerda o regime de governo mais democrático para a democracia representativa é o parlamentarismo, qual seja o de remeter às organizações representativas do coletivo social o maior fulcro de poder.

072. Assim, *“é mister defender ao nível do poder local, como já dito, o caráter deliberativo das suas organizações, como os conselhos e as agências reguladoras. Tanto quanto de que é preciso que as bancadas legislativas estejam sempre acopladas a um projeto de governo. Portanto, o que se deve votar é no projeto de governo e que proposta de regulação de poder deriva deste projeto. Dessa feita o candidato majoritário representará uma proposta que represente um posicionamento harmônico, ou não, entre o exercício do poder local, a Câmara de Vereadores como poder legislativo e a Prefeitura como força executora das grandes políticas públicas.”* (XIV Congresso Municipal)

073. O PPS da Cidade de São Paulo já afirmava que *“nesse contexto, que deve ser parte integrante de uma profunda reforma política, os mandatos dos conselheiros e/ou agentes no poder local, dos vereadores e do próprio prefeito não pertencem per se a este ou aquele mandatário ou instância de poder, mas ao projeto político que representa.”*

074. Indicava também que *“é preciso ter um projeto de construção da Cidade de São Paulo, fruto inicial do Consenso Municipal, que seja eleito enquanto tal pelos cidadãos que nela habitam. Os papéis do Partido, do bloco das esquerdas e do Consenso Municipal, são, tão somente, o de estabelecer as linhas diretivas de sua concepção e desenvolvimento. Representam-se, pois, como instrumento do processo e não o processo como tal.”*

075. Sinalizava que *“emblematicamente um projeto como esse tem que estar expresso no perfil desejável dos conselheiros locais, de uma bancada de vereadores que possa representar essa nova direção e um candidato majoritário à Prefeitura que se coloque na sociedade como expressão desse movimento, candidato esse capaz de fazer a interlocução e se exprimir como a síntese do projeto com o conjunto da sociedade.”*

076. Reafirmava sua visão republicana e parlamentarista estabelecendo que *“o conselheiro local ao candidato a prefeito o cidadão tem que se aperceber de que vota ou elege uma mesma concepção do fazer a política e que os mandatos pertencem exatamente à proposta/projeto e não a pessoas ou partidos.”*

077. Portanto, torna-se necessário reenfatar as principais teses afirmadas no XIV Congresso Municipal:

- 1) *“que o PPS, o bloco da democracia de esquerda e o Consenso Municipal encontrem um candidato à Prefeitura da Cidade de São Paulo que seja capaz de simbolizar para o eleitorado e sociedade paulistana estes valores e que confronte este projeto com os dos demais partidos, agremiações ou extratos de classe”;*
- 2) *que o PPS, o bloco da democracia de esquerda e o Consenso Municipal consigam organizar uma chapa de vereadores que represente esse princípio de “consenso máximo” em torno da Cidade de São Paulo;*
- 3) *que o PPS, o bloco da democracia de esquerda e o Consenso Municipal efetivem desde já ao nível do poder local sua inserção nos movimentos sociais e da sociedade civil no sentido do exercício das práticas da democracia direta, buscando formar lideranças que componham este grande projeto rumo a uma cidade igualitária;*
- 4) *que o PPS seja capaz de reestruturar-se no sentido da democracia interna para que se viabilize como uma das forças democráticas e diretivas deste processo;*
- 5) *cabe ao PPS, em nome de sua tradição política, grande parte da responsabilidade em fazer aproximar todas as frações da esquerda, em particular aquelas que saíram de seu próprio seio, para um amplo debate democrático na busca de um “máximo de consenso” que seja norteador seguro de políticas comuns e consensuadas tendo em vista o projeto de uma Cidade igualitária;*
- 6) *cabe ao PPS, em nome de sua tradição e potencialidade política real na sociedade brasileira hoje, vir a se colocar como uma estrutura partidária que se qualifique e se capacite a fazer parte de uma grande aliança partidária rumo às eleições de 2004, podendo mesmo oferecer uma proposta de candidatura majoritária;*
- 7) *cabe ao PPS, em nome de sua coerência política passada e presente, investir permanentemente na manutenção do espaço político da Democracia de Esquerda como foro essencial e primordial para o campo das esquerdas e da luta pela democracia direta via radicalidade democrática.”*

## 09. QUADRO DAS ALIANÇAS

078. O eixo principal da política já está afirmado no XIV Congresso Municipal quando tem *“claro a necessidade da criação de uma nova correlação de forças políticas na cidade, que seja alternativa à tradicional bipolarização entre o PT e as candidaturas à direita que se processam desde 1986. Na construção dessa correlação política de forças é preciso se buscar o desenvolvimento da via produtiva do capital. Para tanto é preciso assegurar a gestão estatal ou pública da re(s)pública como meio de diminuir as margens de desigualdade provocados pelo domínio do capital especulativo.”*

079. No campo das forças sociais privilegia dois grandes momentos: *“(a) o da recuperação dos setores produtivos nos limites da capacidade, competência e abrangência da municipalidade, como parte de políticas estruturais para o desenvolvimento das vocações da Cidade de São Paulo, reconhecendo-se a limitada capacidade do município em influir nas políticas macroeconômicas, e, b) a descentralização e democratização do acesso como forma de resgatar e criar espaços para o poder decisório da cidadania na vertente de uma democracia direta rumo à sociedade igualitária”*

080. Defende na recuperação dos setores produtivos uma aliança estratégica com estes setores do capital, representados pelo empresariado, rumo a uma política de valorização crescente das vocações da Cidade de São Paulo para o setor de serviços, da indústria “limpa” de transformação, das tecnologias de ponta, do desenvolvimento de novas tecnologias e do campo da cultura, turismo de negócios e lazer.

081. Defende a desoneração das classes médias e intermediárias de grande parte do ônus da política tributária e fiscal do município, reafirmando a necessidade de uma nova política tributária, fiscal, taxativa e impositiva, justa e democrática, que não aprofunde o fosso social e nem seja o meio pelo qual se viabilize recursos para transferências do setor público para o privado.

082. Vê como imperiosa a mobilização das camadas populares, efetuando *“uma ampla mobilização e organização da sociedade tendo em vista o novo projeto de poder local: a cidade igualitária. Fazer com que descentralização, democratização do acesso, publicização, re(s)publicanização e desprivatização sejam palavras de ordem para a democracia de novo tipo”*.

083. Não pautar suas políticas no discurso fácil da geração de empregos formais, reconhecendo os limites da atual fase mundial da economia e os impactos da revolução científica e tecnológica na questão da empregabilidade. Ousar investir nas forças econômicas e sociais hoje representadas pelas diversas formas de ocupação e geração de renda na denominada economia de caráter informal. Ousar conceber novas formas de geração de ocupação e renda sem se pautar pela concepção clássica da relação capital e trabalho, mas como gerir de forma social as funções públicas promovendo ocupação e renda e, estimular novas formas de geração de renda em setores onde o capital industrial e comercial não mais se atem face às baixas taxas de lucratividade e rentabilidade.

084. Afirma o caráter cosmopolita da cuja ênfase está nesse seu internacionalismo, requerendo que *“essa aliança se estenda equanimemente para o conjunto das raças e etnias, apercebendo-se não só das distinções dos traços sociais e culturais, mas fundamentalmente o que fazem de si um agrupamento de interesses na metrópole e, de como se reproduzem esses interesses.”*

085. No campo das corporações sindicais teve a lucidez de afirmar que *“as grandes mudanças no mundo do trabalho operam também transformações nas organizações corporativas. Essa aliança deve não só abranger as organizações sindicais da modernidade do trabalho e dos serviços, como buscar aliançar-se com as velhas organizações sindicais cujo mundo produtivo cada vez mais se torna limitado e menor na metrópole.”*

086. Ressalta que esse quadro de alianças se entenda a importância da questão do gênero, *“não só nas relações mulher/homem, como na candente questão das opções sexuais. Para tanto um dos elementos estratégicos é a questão da equidade entre os gêneros e os direitos da mulher.”*

087. O quadro de vulnerabilidade juvenil não pode excluir ou diminuir a importância da questão do jovem.

088. A questão ambiental já deixou de ser há muito tempo um discurso ideológico e passa a ser um tema cada vez mais recorrente na questão do gênero humano, da reprodução saudável da vida e de qualidade de vida. *“É preciso pactuar por uma reforma urbana conseqüente e que respeite os movimentos em favor da defesa e proteção do meio ambiente.”* (XIV Congresso Municipal)

089. O quadro demográfico de envelhecimento da cidade sinaliza que *“é preciso pactuar desde já com os jovens que serão velhos daqui estes vinte anos, tanto quanto com os idosos da atualidade para se começar a pensar no presente esta cidade que será efetivamente diferente.”*

090. O XIV Congresso Nacional indica o caminho a seguir e reafirma aquilo que o XIV Congresso Municipal denunciava. *“Nossas alianças preferenciais se situarão no campo da centro-esquerda e, em vários lugares, poderão dezoar do formato alcançado no plano nacional, até porque algumas forças políticas importantes, e comprometidas com a esquerda, se encontram conjunturalmente estacionadas na oposição.”* E estabelece o grande eixo da questão republicana no pleito municipal de 2004: *“no pleito de outubro próximo, melhor será para o país que o centro das alianças persiga o fortalecimento da idéia do Poder Local – mais ampla que a dimensão de governo local -, cujas características básicas se encontram na ampla participação popular, na eficiência da gestão, e na luta pela melhoria da qualidade de vida, seja nas grandes cidades, seja nos pequenos rincões do país.”*

## 10. COLIGAÇÕES E CONSENSO MUNICIPAL

091. Reafirmado os campos de esquerda e democrático como o setor privilegiado de alianças do PPS, a necessidade de candidaturas próprias no majoritário e proporcional na consolidação do projeto político do Poder Local e tendo sempre em conta análises políticas conjunturais objetivas, científicas e de cunho profissional é preciso considerar que:

- a) na busca de alianças nos campos da esquerda e do setor democrático o PPS mostre e convença a estes setores a efetiva condição do Partido em ser condutor do processo em face da qualidade de sua proposta, do seu estoque

- ético, de sua trajetória ao longo da história, sua efetiva contribuição para a democracia e da viabilidade político-social de seu projeto;
- b) o PPS deva viabilizar desde já um programa sistemático de debates sobre a Cidade de São Paulo envolvendo antes das convenções partidárias de junho os partidos próximos do campo das esquerdas mormente PSB, PDT e PV no intuito de criar canais sistemáticos e suprapartidários na discussão do poder local e novas formas de gestão;
  - c) estar atento para as dificuldades que o campo da social democracia enfrenta seja na gestão municipal e federal do PT, seja no governo estadual de Geraldo Alckmin, onde forças e quadros progressistas sentem o incomodo da crescente aproximação social-democrata destes partidos para o campo político mais conservador e, assim tornar a aliança de esquerda e dos setores democráticos sob direção do PPS uma alternativa suprapartidária para esses quadros no projeto de avanço da democracia de esquerda;
  - d) o PPS, com ou sem os demais partidos, pode vir a constituir uma real “frente de esquerda e democrática” atraindo, para que ela assim se constitua, muitas das forças políticas dispersas e não orgânicas, bem como intelectuais, artistas, formuladores de opinião, lideranças, movimentos, entidades, muitos dos quais frustrados com as limitações próprias do projeto democrático dos sociais democratas nos governos;
  - e) dependendo da conjuntura o PPS deve, isoladamente ou com essas forças de esquerda, ir ao encontro seja das grandes entidades tradicionalmente democráticas e formuladores de opinião como OAB, IAB, Instituto de Engenharia, Sindicatos Profissionais das grandes categorias, entre outras, seja com as entidades locais e/ou regionais, da sociedade amigos de bairro às Associações Comerciais das regiões, colocar em discussão o projeto político de um novo modelo de gestão;
  - f) a necessidade do mapeamento das diversas “elites” urbanas e suburbanas, a percepção de suas expectativas e o caráter de sua visão de mundo, para nelas identificar as forças possíveis de aliança na busca de um consenso municipal em torno de um projeto progressista.

## 11. O PAPEL DA DIREÇÃO

092. Os XIV Congressos Municipal e Nacional, cada um a seu modo e no seu devido tempo, reafirmaram a supremacia da questão orgânica sobre as formas não democráticas e não republicanas da organização partidária, combatendo a dissídia, a cizânia, o hegemonismo de quaisquer setores do partido, e, resultando numa unidade com a garantia do pluralismo, do caráter laico e fundamentalmente a de uma estrutura dada na e pela política, tanto para históricos, militantes, intelectuais, lideranças como para os parlamentares, nossa legítima expressão em votos. Recupera dessa forma a velha tradição de um partido sem donos e rejeita todas as formas de patrimonialismo, hegemonismo e clientelismo político externo ou interno.

093. Reafirma-se também a tese de que a Direção partidária é o ente coletivo que exprime a vontade do Partido expresso no seu Congresso, nas suas Resoluções, no mandato de seus dirigentes e na sua atuação efetiva através de sua militância organizada na luta política, direção acima de grupos, interesses, candidaturas ou mandatos. Sua visão ética se pauta no sentido de que a Direção é a condução dos interesses coletivos face ao projeto político. Direção que, ao ser democraticamente eleita e necessariamente

cumpridora das exigências da radicalidade democrática interna, deve exercer com absoluta idoneidade e autoridade seu mandato.

094. Afirma-se com isso a compreensão de que não sendo a Direção Partidária um comitê de interesses ou forças parciais ou particulares são suas prerrogativas enquanto direção:

- a) a condução de todo processo de indicação dos candidatos majoritário e proporcional à Convenção Municipal de junho de 2004, refutando com vigor todas as tentativas não públicas, anti-republicanas, patrimonialistas, hegemônicas e clientelistas que contrariam as teses do partido;
- b) conduzir de forma clara, transparente e democrática todo processo de contatos e negociação com as forças políticas, os partidos ou as agremiações de qualquer natureza tendo em vista as eleições municipais, a constituição, se possível, de uma candidatura do campo democrático e das esquerdas e a constituição de um Consenso Municipal;
- c) a condução e direção do processo de elaboração de um programa municipal de governo;
- d) a condução do processo de negociação com outras agremiações políticas e sociais, se assim se fizer necessário, de pontos do plano de governo;
- e) exercer o controle direto e objetivo sobre o financiamento das campanhas, principalmente no intuito de preservar a questão ética da origem dos recursos e a correta forma de seu uso em respeito à legislação eleitoral;
- f) estabelecer, preferencialmente com o auxílio de profissionais do setor, a linha de propaganda, marketing e as avaliações das pesquisas de opinião, decidindo pelas estratégias que entender melhor para o Partido e suas candidaturas;
- g) acompanhar com firmeza as campanhas no sentido de coibir práticas que vão contra os interesses do Partido, de seu candidato majoritário e de seus candidatos proporcionais;
- h) conduzir em segundo turno, se houver, as negociações de quem deverá receber apoios caso o candidato do PPS seja um dos candidatos, e, a quem apoiar caso o PPS não consiga estar no segundo turno, negociações essas que deverão ser aprovadas em reunião do Diretório Municipal.

São Paulo, 25 de abril de 2004.